

## O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1980)  
JULIO MESQUITA (1885-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1949-1996)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARILANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Está faltando pudor



***É louvável que ministros do STF discutam questões brasileiras. Bem menos evidente é a razão pela qual o fizeram em Londres, num hotel caríssimo e com tudo pago por uma empresa privada***

Junto com a balança e a venda, a toga preta simboliza a uniformidade, a isonomia, a sobriedade da Justiça. Todo servidor deve seguir os princípios da administração pública – impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legalidade –, mas, se aos juízes cabe um figurino, é porque devem não só segui-lo, mas representá-lo. Não basta ser íntegro, é preciso parecer.

Mas as aparências às vezes enganam. É louvável que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) se reúnam em fóruns para discutir questões jurídi-

cas do País. É mais difícil entender, no entanto, os motivos pelos quais esses ministros precisaram sobrevoar o Atlântico para fazê-lo num caríssimo hotel de Londres, com tudo pago por um organizador privado.

Entre os dias 24 e 26, celebrou-se no Hotel Peninsula, na capital britânica o “1.º Fórum Jurídico Brasil de Ideias”, organizado por um certo “Grupo Voto”, que, no seu dizer, “trabalha na interlocução entre o setor público e o privado através de relacionamento, comunicação e conexões de poder”.

“Relacionamento” e “conexões de

poder” não faltaram – lá estavam, debatendo conceitos jurídicos com empresários, três ministros da Suprema Corte (Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes), além de membros do Superior Tribunal de Justiça, o procurador-geral da República, o ministro da Justiça, o advogado-geral da União, o diretor-geral da Polícia Federal, senadores e deputados. Já a “comunicação” deixou a desejar. A imprensa foi barrada na porta.

Segundo os organizadores, o “Brasil de Ideias” é uma “missão internacional, perpetuando o espaço democrático e promovendo um diálogo construtivo em prol do avanço do Brasil”. Mas não é dado aos brasileiros conhecer o teor desse “diálogo construtivo”, travado a léguas do Brasil, entre o mais alto escalão do Judiciário com empresários que certamente estão longe de serem observadores desinteressados. Além do palavrório sobre democracia, as passagens aéreas, os jantares de quase R\$ 2 mil e as diárias de mais de R\$ 8 mil foram bancados por uma empresa de tecnologia digital.

Nem todo país tolera essa extravagância. Há pouco, causou escândalo nos EUA a revelação de que um juiz da Suprema Corte aceitara férias luxuosas e outros mimos de um bilionário. A Corte se viu constrangida a editar um código de ética postulando, entre outras coisas, que juízes devem “evitar a impropriedade e a aparência de impropriedade”, “apenas exercer atividades extrajudiciais compatíveis com as obrigações do cargo” e “abster-se da atividade política”. Por aqui, não houve constrangimento nenhum, mesmo que regras co-

mo estas existam há tempos.

Recentemente, um ministro do STF viajou em “missão internacional” aos torneios de Roland Garros e da Champions League com as despesas pagas por um advogado. Outro obteve todos os anos patrocínios de empresas públicas e privadas – algumas com processos no STF – para um meeting em Lisboa. Raro exemplo de discrição no Supremo, a ex-ministra Rosa Weber até tentou aprovar regras disciplinando a participação de juízes em eventos e palestras pagas, mas foi voto vencido.

O Código de Ética da Magistratura determina que juízes evitem “comportamento que possa refletir favoritismo”, e o Código de Processo Civil, a suspeição do juiz “amigo íntimo” ou “inimigo” das partes. Mas os ministros julgam casos em que amigos são partes ou familiares são advogados. Um ministro se jactou a uma plateia estudantil de ter “derrotado o bolsonarismo”. Outro conduz inquéritos secretos há anos, mas basta um holofote ou microfone para desandar a condenar os investigados como “golpistas” e “extremistas”. Muitos anunciam veredictos fora dos autos, às vezes antes mesmo da abertura do processo.

A Lei da Magistratura exige que juízes ajam com “independência” e tenham “conduta irrepreensível na vida pública e particular”. Para vários integrantes das Cortes superiores, contudo, tais conceitos parecem relativos, razão pela qual não é raro vê-los em eventos empresariais dentro e fora do País ou em coquetéis homenageando políticos nas mansões de advogados em Brasília.

Mas não há necessidade de lei nem de código de ética quando há pudor. ●

## Fracasso essencial

***Um dos maiores exportadores de alimentos do mundo continua a submeter milhões de cidadãos à incerteza do que comer, como mostra o IBGE. E o governo do PT ainda vê razão para celebrar***

O IBGE informou que, em 2023, mais de 20 milhões de brasileiros viviam em domicílios que tinham dificuldade de acesso adequado à comida. Entre eles, 8,7 milhões moravam em domicílios com insegurança alimentar grave – a forma como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e a boa literatura sobre o tema definem a situação de fome. Foi o primeiro dado sobre insegurança alimentar produzido pelo IBGE em cinco anos e, ao contrário do que sugere a constrangedora comemoração de auxiliares do presidente Lula da Silva, a fotografia estampada é vergonhosa: embora tenha exibido alguns números melhores quando comparados ao período 2017/2018, o País está pior do que estava dez anos atrás. Em 2013,

eram 7,2 milhões de brasileiros vivendo em domicílios com grau de insegurança alimentar grave.

Ou seja, um dos maiores exportadores de alimentos do planeta, capaz de abastecer toda a sua população e alimentar centenas de milhões mundo afora, continua a submeter milhões de seus cidadãos à incerteza do que comer. Apesar de toda a bazófia lulopetista, não só não avançamos, como nos degradamos. A nova pesquisa mostrou que 27,6% das casas no País – onde moram mais de 64 milhões de pessoas – vivem com algum tipo de insegurança alimentar, percentual menor do que os 36,7% de 2017/2018, mas superior aos 22,6% de 2013. A pesquisa classifica domicílios de acordo com a vulnerabilidade no acesso aos alimentos, tanto em quantidade suficiente como

em qualidade adequada. Faz também a distinção entre adultos e crianças – ou seja, é insegurança alimentar “moderada” quando há redução da quantidade ou ruptura dos padrões de alimentação entre os adultos e “grave” quando atinge as crianças que residem no domicílio.

É inadmissível um país que aspira a ser respeitado pela comunidade internacional como potência econômica, geopolítica e ambiental permitir que haja entre seus cidadãos, um que seja, gente passando fome ou vivendo em insegurança alimentar. Além da tragédia humanitária óbvia, esse é um problema que macula a imagem do Brasil como nação digna. Mas há quem enxergue nos números divulgados agora um sinal de pujança, um bendito fruto assegurado pelo demiurgo Lula da Silva. “Os resultados são consequência direta do comando de Lula no seu discurso de posse. Um Brasil em que cada mulher, homem e criança possam tomar café, almoçar e jantar. (...) Um amplo conjunto de políticas (...) junto com a retomada do crescimento da economia”, vibrou Wellington Dias, ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sem corar.

Tanto Dias quanto outros bajuladores se apressaram em comparar os números do IBGE a uma pesquisa divulgada em 2022, que apontou inacreditá-

veis 33 milhões de pessoas passando fome. Com padrões e metodologias distintos, a comparação junta alhos com bugalhos para converter o vergonhoso número trazido pelo IBGE em triunfo do lulopetismo. Não é. Ao contrário: basta recordar que as oscilações percebidas de 2013 para cá são fruto, em parte, dos dissabores produzidos por governos do PT, incluindo mais de dois anos de mandato da presidente Dilma Rousseff, cuja irresponsabilidade na condução da economia deixou sequelas graves por longos anos.

Em muitos países, os níveis de insegurança alimentar grave, moderada ou leve se dão pela indisponibilidade da oferta de alimentos, agravada pela pandemia de covid-19 e pelas mudanças climáticas. O problema brasileiro é de outra ordem: deriva, sobretudo, da renda baixa e incerta, da ausência de oportunidades de emprego, da falta de capacitação para os empregos existentes e das limitações de acesso a recursos produtivos. O que os artífices lulopetistas não conseguem compreender é que, ao trabalhar contra a responsabilidade fiscal e o controle rigoroso da inflação em favor da ganância estatal a título de “colocar o pobre no Orçamento”, eles penalizam justamente aqueles que estão em situação de miséria e insegurança alimentar, perpetuando esse círculo vicioso que tanto envergonha o Brasil. ●